

Protocolo Geral: 64421.000488/2024-82	 MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO 18ª BRIGADA DE INFANTARIA DE PANTANAL 2ª COMPANHIA DE FRONTEIRA (Companhia Soldado Simeão Fernandes)	PDL Nº 02/2024 Vol 01/ 2ª CIA FRON	
2ª COMPANHIA DE FRONTEIRA		ANO: 2024	
INTERESSADO: 2ª COMPANHIA DE FRONTEIRA			
Assunto: Aquisição de serviço de Manutenção EMERGENCIAL de Gasoduto da 2ª Companhia de Fronteira.			
MOVIMENTO DO PROCESSO			
DESTINO	DATA	DESTINO	DATA
1			17
2			18
3			19
4			20
5			21
6			22
7			23
8			24
9			25
10			26
11			27
12			28
13			29
14			30
15			21
16			32



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
18ª BRIGADA DE INFANTARIA DE FRONTEIRA
2ª COMPANHIA DE FRONTEIRA
(COMPANHIA SOLDADO SIMEÃO FERNANDES)

ÍNDICE

(Processo Administrativo nº 64421.000488/2024-82)
(PDL nº 02/2024)

Tópico	Documento	Folha nº
1.	Lista de Verificação	01
2.	Termo de Abertura	02
3.	DIEx Requisitório Nº 22-Almx/Fisc Adm/2ª Cia Fron de 21 de fevereiro de 2024, do Almojarife - Documento de Formalização da Demanda	03
4.	Justificativa de dispensa de licitação	07
5.	Justificativa de Preço - Orçamentos junto a Potenciais Fornecedores	08
6.	Estudo Técnico Preliminar	12
7.	Gerenciamento de Riscos	14
8.	Nomeação Ordenador de Despesas e Comissão Permanente de Licitação	16
9.	Declaração de Adequação e Disponibilidade Orçamentária Financeira	19
10.	Termo de Contrato	20
11.	Anexo I - Modelo de não Empregabilidade de Menores	25
12.	Anexo II – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente	26
13.	Despachos de Ratificação	27
HABILITAÇÃO		
14.	SICAF	
15.	CADIN	
16.	TCU Consolidada	
17.	CONTRATO SOCIAL	
18.	CERTIDÃO DE FALÊNCIA E CONCORDATA	
19.	Declaração de Não Empregabilidade de Menores	
20.	Declaração de Inexistência de Fato Superveniente	
EXECUÇÃO DO SERVIÇO		
21.	NOTA DE CRÉDITO	
22.	NOTA DE EMPENHO	
23.	TERMO DE ENCERRAMENTO	



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2ª COMPANHIA DE FRONTEIRA
(COMPANHIA SOLDADO SIMEÃO FERNANDES)



LISTA DE VERIFICAÇÃO

(Inexigibilidades e Dispensas de licitação em geral – exceto TIC e engenharia)

LISTA DE VERIFICAÇÃO 3B - VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL (QUE NÃO SEJAM DE ENGENHARIA) POR INEXIGIBILIDADE OU POR DISPENSA DE LICITAÇÃO	Atende plenamente a exigência?	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. / SEI etc.)
Houve manifestação quanto à observância do princípio da padronização? ¹	Sim	
Consta informação do uso ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização? ²	Não se aplica	
Foi certificado que os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade? ³	Sim	
Caso a Administração pretenda contratar mais de uma empresa para a execução do objeto, está atestado nos autos que (i) não há perda de economia de escala, (ii) é possível e conveniente a execução simultânea e (iii) há controle individualizado para a execução de cada contratado? ⁴	Não se aplica	



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2ª COMPANHIA DE FRONTEIRA
(COMPANHIA SOLDADO SIMEÃO FERNANDES)



TERMO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

(Processo Administrativo Nº 64421.000488/2024-82)

PDL nº 02/2024

A Comissão Permanente de Licitação (CPL/2023), nomeada por meio do Boletim Interno nº 22, de 31 de janeiro de 2023, 2ª Cia Fron, inicia nesta data os trabalhos referentes a Dispensa de Licitação (PDL) N 02/2024 – 2ª Companhia de Fronteira, em conformidade com o dispositivo do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 1 de Abril de 2021, autuo nesta data, o processo administrativo referente à licitação acima indicada, cujo objeto e recursos estão definidos no despacho do Ordenador de Despesas à Requisição Nº 22-Almx/Fisc Adm/2ª Cia Fron de 21 de fevereiro de 2023, do Almoxarife.

Porto Murtinho – MS, 21 de fevereiro de 2024.


AUGUSTO IVAN SOUSA DA ROSA - 2º Ten
Chefe da Seção de Aquisições e Licitações

Aprovado por:


DORGIVAL DAS NEVES FRANCO JÚNIOR - CEL
Ordenador de Despesas da 2ª Cia Fron



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2ª COMPANHIA DE FRONTEIRA
COMPANHIA SOLDADO SIMEÃO FERNANDES



DIEx Requisitório N° 22-Almx/Fisc Adm/2ª Cia Fron
EB 64421.000488/2024-82

Porto Murtinho, MS, 21 de fevereiro de 2024.

Do: Encarregado do Setor de Material

Ao: Sr Fiscal Administrativo da 2ª Companhia de Fronteira

Assunto: Aquisição de serviço para reparação do gás no rancho

Anexo: Nota de crédito N° 2024NC400466, de 11JAN24

Nos termos do Art. 75, II e VIII da Lei Nr 14.133, de 1º Abr 2021 e dada a urgência dos serviços em questão, solicito a aprovação de dispensa de licitação para a realização do seguinte serviço de reparo ao sistema de gás da cozinha da 2ª Cia Fron

Empenho Ordinário

13.942.170/0001-37 TECNIGAS INSTALAÇÃO E ASSISTÊNCIA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE FORNECEDORA	QTD	VALOR UND R\$	VALOR GLOBAL R\$
1	Serviço de manutenção corretiva da tubulação de gás da 2ª Cia Fron	Serviço	01	R\$ 8.980,00	R\$ 8.980,00
VALOR TOTAL: OITO MIL NOVECENTOS E OITENTA REAIS					R\$ 8.980,00

Ressalto ainda que a realização do serviço é de extrema urgência visto a possibilidade de acidente envolvendo risco de incêndio e/ou explosão; assim como a necessidade de alimentar os militares da guarnição de serviço, militares envolvidos na operação ágata, assim como militares envolvidos nos estágios realizados por esta OM; configurando desta forma a atividade como rotineira indispensável para a 2ª Cia Fron, Destacamentos e Subdestacamentos, previstos no Plano de Gestão da 2ª Companhia de Fronteira.

CAIO REZENDE SILVA – 1º TEN
Encarregado do Setor de Material da 2ª Cia fron

ANDRE PAULO ALVES - CAP
Fiscal Administrativo da 2ª Cia Fron

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS



1. Autorizo o empenho da despesa e o seu posterior pagamento de acordo com a apresentação das faturas e/ou notas fiscais do fornecimento;
2. A SALC adote as providências cabíveis para aquisição, conforme a legislação vigente;
3. Para fins do Art. 72, IV e Art. 150 da Lei 14.133/21, empregar na aquisição acima o seguinte recurso: Fonte 1000000000, Gestão 00001 UGR 160504 E Natureza da Despesa 339039, PI E6SUPLJA5PA
4. Cumpra-se.


DORGIVAL DAS NEVES FRANCO JUNIOR – Cel

Ordenador de despesas da 2ª Cia fron



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2ª COMPANHIA DE FRONTEIRA
"COMPANHIA SOLDADO SIMEÃO FERNANDES"



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA PARA COMPRA	
Órgão: 2ª Companhia de Fronteira	
Setor Requisitante: Aprovisionamento	
Responsável pela Demanda: CAIO REZENDE SILVA	
Posto: 1º TENENTE	
E-mail: caio_rz@hotmail.com	Telefone: (11) 934414053
Data: 21/02/2024	
ANEXOS:	

1. OBJETO DA COMPRA.

Executar a manutenção corretiva da tubulação de gás da 2ª Cia Fron

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO, CONSIDERANDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.

A realização do serviço é de extrema urgência visto a possibilidade de acidente envolvendo risco de incêndio e/ou explosão; assim como a necessidade de alimentar os militares da guarnição de serviço, militares envolvidos na operação ágata, assim como militares envolvidos nos estágios realizados por esta OM; configurando desta forma a atividade como rotineira indispensável para a 2ª Cia Fron, Destacamentos e Subdestacamentos, previstos no Plano de Gestão da 2ª Companhia de Fronteira.

3. QUANTIDADE DOS ITENS PARA AQUISIÇÃO

Conforme Relação de itens.

4. PREVISÃO DE DATA DE CONCLUSÃO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Em até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor.

5. INDICAÇÃO DE INTEGRANTES DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Função	P/G	Nome do militar
Presidente	2º Ten	FABIANO DE FARIA PEDRA

(*) O recebimento provisório ocorre no ato da entrega, não implicando na aceitação definitiva do objeto.

7. RESPONSÁVEIS PELA ACEITAÇÃO, ATESTE DA NOTA FISCAL E PREENCHIMENTO DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO*

Função/Setor	P/G	Nome do militar
Chefe do Almoxarifado	1º Ten	CAIO REZENDE SILVA

(*) Poderá ser designada Comissão de Ateste e Recebimento Definitivo em função do valor ou complexidade do

objeto ou material.

8. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO PARA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA E SEU CONTEÚDO

a) declaro que os militares indicados, foram comunicados e estão cientes de suas atribuições.

b) submeto o presente Documento ao Setor de Licitações para:

b.1) designação formal da Equipe de Planejamento da Contratação;

b.2) indicar e notificar integrante de seu Setor para compor a Equipe;

b.3) juntar comprovação "de ciência" de todos integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação; e

b.4) encaminhar os autos ao Ordenador de Despesas para decisão, por meio de Visto, sobre o prosseguimento da contratação e ratificação da designação formal da Equipe de Planejamento da Contratação, responsável pela elaboração dos Estudos Preliminares, do Gerenciamento de Risco e do Termo de Referência.

Despacho do Chefe do Setor Requisitante:

Porto Murtinho, MS, 21 de Fevereiro de 2024.



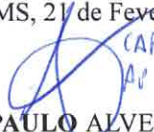
CAIO REZENDE SILVA – 1º TEN

Encarregado do Setor de Materiais

Procedimento do Fiscal Administrativo:

1. Nos termos do art. 25 do Regulamento de Administração do Exército (RAE), confiro e submeto o presente documento à consideração superior.

Porto Murtinho, MS, 21 de Fevereiro de 2024.



ANDRÉ PAULO ALVES - CAP

Fiscal Administrativo da 2ª Companhia de Fronteira





MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2ª COMPANHIA DE FRONTEIRA
"COMPANHIA SOLDADO SIMEÃO FERNANDES"



TERMO DE JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr 08/2023
(Processo Administrativo Nr 64421.000488/2024-82)

OBJETO: Contratação do Serviço de manutenção de Gasoduto
CONTRATANTE: 2ª COMPANHIA DE FRONTEIRA (CNPJ:09586056/0001-44)
Contratado: Tecnigas Instalações Tecnigas Comercio e Servicos LTDA
CNPJ: 13.942.170/0001-37

1. Motivos da Dispensa:

- 1.1. Atender as necessidades da OM, garantindo a segurança e a alimentação dos militares da 2ª Cia Fron visando a continuidade dos trabalhos públicos da OM;
- 1.2. O serviço tem o objetivo de reparar o vazamento de gás, em carácter EMERGENCIAL que ocorre dentro do setor de aprovisionamento onde são confeccionadas as refeições da tropa da 2ª Cia Fron, colocando em risco a vida dos militares do aprovisionamento e estrutura da cia.
- 1.3. Com isso a cia adotou o procedimento emergencial de contingenciamento da tropa, prejudicando o andamento do serviço publico.
- 1.4. A contratação, apresenta proposta compatível com o mercado, e com o alto custo na promoção de um pregão eletrônico para único item, torna-se mais vantajoso a administração a compra direta.

2. Existência de dotação orçamentária.

A NC foi disponibilizada pelo Centro de Obtenções do Exército, conforme notificação de planejamento e concretização de contrato.

ESF:1
PTRES: 171397
FONTE: 1000000000
ND: 160504
PI: E6SUPLJA5PA

3. Haja vista as considerações supracitadas, torna-se imprescindível para esta OM realizar a contratação do referido serviço, objeto desta contratação direta.

4. Razão da escolha do executante:

Por preencher as condições necessárias para o cumprimento do objeto do presente termo e por ofertar o menor valor do material.

5. **Fundamentação:** por preencher os requisitos do inciso VIII, do Art 75, da Lei 14/133, de 2021.

Porto Murtinho/MS, 21 de fevereiro de 2024.


DORGIVAL DAS NEVES FRANCO JÚNIOR - CEL
Ordenador de Despesas da 2ª Cia Fron



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2ª COMPANHIA DE FRONTEIRA
"COMPANHIA SOLDADO SIMEÃO FERNANDES"



TERMO DE JUSTIFICATIVA PREÇO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr 02/2024
(Processo Administrativo Nr 64421.000488/2024-82)

Em cumprimento ao disposto no Inc. VIII, Art. 75, Lei nº 14133, de 1 de abril de 2021 e na IN SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021, o Setor Requisitante da contratação pretendida e instruída pelo Processo Administrativo supracitado justificam em virtude do trâmite e em consonância através dos documentos e disciplinada pelo presente Processo Administrativo, diante da proporção do ocorrido, em que de maneira EMERGENCIAL a contratação do serviço, visto a complexidade do perigo ora estipulado.

Porto Murinho, 21 de fevereiro de 2024

AUGUSTO IVAN SOUSA DA ROSA - 1º Ten
Chefe da SALC

Aprovado por:

DORGIVAL DAS NEVES FRANCO JÚNIOR - CEL
Ordenador de Despesas da 2ª Cia Fron



TécniGás

Instalação e Assistência

TECNIGAS COMERCIO SERVIÇOS LTDA - CNPJ:13.942.170/0001-37

Rua: Luis Pereira, 1104 Pioneiros TEL: 99170-6625 99172-0426

*ASSISTÊNCIA TÉCNICA ESPECIALIZADA EM INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS,
PREDIAIS, DOMÉSTICAS, FOGÕES E APARELHOS A GÁS GLPGN.*

Cliente: 2ª Cia Companhia de Fronteira

Cnpj:09.586.056/0001-44

Rua: Capitão Cantalice, 1077 Cep-79280-000 Porto Murtinho Ms.

A/C

Sr. Tenente Pedra

Prezado,(a)

Somos uma empresa com experiência no mercado adquirida através das buscas diárias para obter excelência no mercado de instalações de gás combustível.

Contando com equipamentos de última geração, veículos adaptados e profissionais capacitados, podemos atender sua demanda de forma personalizada com rapidez e eficiência.

Oferecendo soluções práticas e eficazes, com qualidade e confiabilidade.



Referencia: Montagens de rede de gás

Serviço de montagem mecânica de 54mt de tubo aço carbono de 1/2.

Valor R\$4.320,00

Serviço de montagem de 04 pontos de consumo.

Valor R\$820,00

Ligação de quatro equipamentos.

Valor R\$1.480,00

Serviço de abertura de vala, serviço de cortes contra piso e fechamento.

Valor R\$402,50

Serviço de envelopamento de 4,50mt de tubulação enterrada.

Valor R\$430,00

Serviço de pintura de 50mt de rede.

Valor R\$528,00

Serviço de montagem de válvula de corte.

Valor R\$580,00

Serviço de teste de estanqueidade de rede.

Valor R\$420,00

Valor total: R\$ 8.980,00

DADOS PARA PAGAMENTO:

BRABESCO AG 0073 C/C 0819558-7

PIX tecnigasinstalacoes@gmail.com

Procedimentos e serviços de acordo com a NBR 13523/2019

O prazo para início do serviço será programado.

Tempo de execução do serviço 1 (dias).

O pagamento: A Vista.



Sem mais, nos colocamos a disposição para quaisquer dúvidas.

Atenciosamente,

Ronaldo Horácio Vieira Cpf.562.653.281-15
Eronilde França S. Vieira Cpf 875.764.491-87 Eronilde França S. Vieira
Ronaldo Horácio Vieira
Sócios e Coordenadores de instalações

13.842.179/0001-37
TECNICAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Campo Grande 21 /02 /2024



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2ª COMPANHIA DE FRONTEIRA
(COMPANHIA SOLDADO SIMEÃO FERNANDES)



ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

(Processo Administrativo nº 64421.003616/2023-69)
(PDL Nº 02/2024)

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição da manutenção corretiva da tubulação de gás em prol da 2ª Cia de Fronteira conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência:

2. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

2.1 A contratação dos serviços acima é de extrema necessidade para normalização da confecção das refeições que apoiam a segurança orgânica desta OM, assim como atividades subsidiárias e Operação Ágata.

2.2 A contratação visa o cumprimento de normas de segurança para a cozinha da 2ª Cia Fron.

2.3 Tratando do quantitativo e qualitativo para que sejam atingidos os objetivos com serviço contratado, deve-se levar em consideração a substituição da tubulação antiga a qual encontra-se fora de condições de segurança, assim como as adaptações físicas a serem realizadas na construção como adaptação ao piso, paredes dentre outras; além da verificação dos dispositivos de segurança presentes nesta linha de alimentação e a verificação de estanqueidade do sistema.

2.4 Justificadamente, portanto, opta-se por realizar-se a presente dispensa de licitação, para tal, esta Unidade Gestora, dado o caráter urgentíssimo da situação, a falta de fornecedores locais habilitados a realizar o serviço e o desinteresse de outros fornecedores em realizar a empreitada devido à distância e complexidade do projeto.

2.5 Quanto às especificações técnicas, buscou-se um melhor detalhamento tendo em vista garantir a qualidade dos produtos a serem adquiridos, bem como mostrar ao licitante as características dos objetos a serem fornecidos, e com isto buscar atender plenamente as necessidades deste Aquartelamento.

2.6 O funcionamento das atividades-fim e meio da 2ª Companhia de Fronteira, exigem da Administração uma constante preocupação com a correta gestão dos materiais de todas as classes de suprimentos, mantendo-os em níveis compatíveis com a continuidade de suas rotinas operacionais e administrativas.

2.7 Conforme previsto no Item VIII do art. 75º da lei 14.133/21, será utilizado a dispensa de licitação, haja vista a urgência do serviço.

2.8 Justifica-se a realização da presente licitação, valendo-se da dispensa de licitação, em observação ao mandamento contido no art.75, II da lei 14.133/21 em que está prevista a realização de dispensa de licitação para serviços de até R\$50.000,00

3. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

3.1 O serviço a ser adquirido foi levantado com base na observância do projeto atual de distribuição de gás da cozinha da 2ª Cia Fron

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DO TIPO DE SOLUÇÃO

4.1 Estimativa de Preço dos Serviços Pretendidos

4.1.1 Foi elaborada estimativa de custos através de contato com diversos prestadores de serviço por esta Equipe de Planejamento, em observância à Instrução Normativa nº65/2021, a fim de obter um valor estimado para a contratação

pretendida em consonância ao preço praticado no mercado. De acordo com estes cálculos, o valor total estimado da contratação é da ordem de R\$ 8.980,00 (oito mil novecentos e oitenta reais).



5. JUSTIFICATIVA DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

5.1 Considera esta Equipe de Planejamento que é dever promover as condições básicas regulares e seguras de habitação.

6. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

6.1 A natureza desta contratação específica não gera a necessidade de adequação do ambiente desta OM para implantação dos serviços pretendidos

7. DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

7.1 Diante da análise dos fatos lançado acima, entende esta Equipe de Planejamento que, conforme o exposto, a contratação pretendida é viável.

8. DA CLASSIFICAÇÃO DE SIGILO

8.1 Não há a necessidade de classificação do presente processo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Porto Murtinho – MS, 21 de Fevereiro de 2024

Assinado por:

CAIO REZENDE SILVA - 1ºTEN
Encarregado do Setor de Materiais

Aprovado por:

DORGIVAL DAS NEVES FRANCO JÚNIOR - CEL
Ordenador de Despesas da 2ª Cia Fron



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2ª COMPANHIA DE FRONTEIRA
(COMPANHIA SOLDADO SIMEÃO FERNANDES)



MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS
(Conforme – IN Nr 05/ SLT/MPOG, 26 maio 17)

Objeto	Contratação dos Serviços manutenção corretiva na tubulação de gás da 2ª Cia Fron		
Equipe de Planejamento	1. CAIO REZENDE SILVA Encarregado do Setor de Materiais 2. FABIANO DE FARIA PEDRA Chefe do Setor de Aprovisionamento		
FASE DA ANÁLISE			
() Planejamento da contratação e seleção do fornecedor () Gestão do Contrato			
Risco 1 – NÃO HAVER DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA			
Probabilidade	(x) Baixa () Média () Alta		
Impacto	() Baixa () Média (x) Alta		
Dano	Haverá prejuízo não havendo disponibilidade orçamentária para a 2ª Cia Fron.		
Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco			
Ações	Verificar junto a comissão de planejamento orçamentário a disponibilidade de recursos para atender a contratação	Responsável	Equipe de Planejamento
Estratégia de contingência caso o risco se concretize			
Ações	Buscar remanejamento de valores previstos no orçamento anual.	Responsável	Equipe de Planejamento
Risco 2— ESPECIFICAÇÕES INSUFICIENTES PARA OS MATERIAIS OU SERVIÇOS			
Probabilidade	(x) Baixa () Média () Alta		
Impacto	(x) Baixa () Média () Alta		
Dano	Itens ou serviços de má qualidade a serem entregues.		
Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco			
Ações	Revisão de cada Cláusula ou itens de obrigações da contratada e a forma de prestação de serviço.	Responsável	Equipe de Planejamento
Estratégia de contingência caso o risco se concretize			
Ações	Estudar a aplicação de advertência/multa/penalidades à empresa.	Responsável	Equipe de Planejamento
Risco 3— ATRASO NA CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO			
Probabilidade	() Baixa (x) Média () Alta		



Impacto	() Baixa () Média (x) Alta		
Dano	A não conclusão do certame no prazo implica na não aquisição dos serviços a serem utilizados e o descadastramento radiológico dos militares na 2ª Cia Fron.		
Estratégia para eliminar ou minimizar a ocorrência do risco			
Ações	Prevendo o atraso, seria necessário um pedido de apoio de mais pessoas para ajudar a Equipe de licitação, ajudando na análise das propostas.	Responsável	Equipe de Planejamento
Estratégia de contingência caso o risco se concretize			
Ações	Cancelamento de itens responsáveis pela demora e continuidade de certame.	Responsável	Equipe de Planejamento

Porto Murtinho/MS, 21 de Fevereiro de 2024.


CAIO REZENDE SILVA - 1ºTEN
Encarregado do Setor de Materiais


FABIANO DE FARIA PEDRA - 2ºTEN
Chefe do Setor de Aprovisionamento



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2ª COMPANHIA DE FRONTEIRA
"COMPANHIA SOLDADO SIMEÃO FERNANDES"



Quartel em PORTO MURTINHO-MS, 20 de dezembro de 2022
(terça-feira)

BOLETIM ESPECIAL Nº 1/2022 BI Nº 237 de 20 DEZ 22

Para conhecimento deste aquartelamento e devida execução, publico o seguinte:

**1ª Parte
SERVIÇOS DIÁRIOS**

Sem Alteração

**2ª Parte
INSTRUÇÃO**

Sem Alteração

**3ª Parte
ASSUNTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS**

1. ASSUNTOS GERAIS

a. ALTERAÇÕES DE OFICIAIS

NOMEAÇÃO DE COMANDANTE, CHEFE OU DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO MILITAR

Conforme publicado no Boletim do Exército nº 21, de 27 de maio de 2022 e seção 2 nº 091 de 16 de maio de 2022.

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 20, inciso VI, alínea "g", da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto no 5.751, de 12 de abril de 2006, e o art. 9o, inciso II, alínea "a", do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças do Exército, aprovado pelo Decreto no 2.040, de 21 de outubro de 1996, alterado pelo Decreto no 8.514, de 3 de setembro de 2015, e considerando o disposto no art. 4o da Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999, com redação dada pela Lei Complementar no 136, de 25 de agosto de 2010, resolveu, **NOMEAR**, por necessidade do serviço, ex officio, para o desempenho dos cargos de Comandante, Chefe, Diretor ou Prefeito das Organizações Militares abaixo relacionadas, os seguintes oficiais:

Cel DORGIVAL DAS NEVES FRANCO JUNIOR

Em consequência:

- assumo o Comando da 2ª Companhia de Fronteira e Ordenador de Despesas, a contar desta data;
- a 1ª seção e demais interessados, tomem conhecimento e providências.

(Nota nº 45068, de 20 de dezembro de 2022, da(o) S1)

b. NORMAS DO COMANDO

- Publicação

Fica determinado que todas as ordens emitidas no comando anterior encontram-se em vigor, até que sejam elaboradas novas diretrizes deste Comando.

Em consequência, todos os militares desta OM, tomem conhecimento e providências.

(Nota nº 45069, de 20 de dezembro de 2022, da(o) S1)

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Sem Alteração

**4ª Parte
JUSTIÇA E DISCIPLINA**

1. JUSTIÇA

Sem Alteração

2. DISCIPLINA

Sem Alteração

DORGIVAL DAS NEVES FRANCO JUNIOR - Cel
Comandante da 2ª Cia Fron



(Continuação do BI Nr 22, de 31/01/2023, do(a) 2ª CIA FRON)

(Nota nº 45560, de 31 de janeiro de 2023, da(o) S1)



f. DESLOCAMENTO DE MILITAR

Deslocou-se, em 310900JAN23, para a guarnição de Campo Grande - MS, com a finalidade de realizar apoio logístico da FSSU e SMTT.

ST FABIO ADRIANO RIBEIRO
Sd EV BRUNO DA SILVA MORAES

Em consequência, a 1ª Seção, o Fisc Adm e demais interessados tomem conhecimento e providências.

(Nota nº 45553, de 31 de janeiro de 2023, da(o) S1)

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

a. NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E EQUIPE DE APOIO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Nomeio a Comissão abaixo relacionada, de acordo com o Art. 51, "caput" e parágrafo 4º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Permanente de Licitações desta OM, a contar de 1º de fevereiro de 2023:

1º Ten MATHEUS FERNANDES DE OLIVEIRA

Presidente

2º Sgt WELLISON S ANTOSROCHA

Adjunto

3º Sgt TANIELTON MACIEL CHAMORRO DA MATA

Secretário

-Designação

Designo, de acordo com o Art. 8, inciso VI, da Lei nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, a Equipe de Apoio aos Pregoeiros desta OM, a contar de 1º de fevereiro de 2023, os seguinte militares:

Cb MAXWEL ROGER DE SOUZA GOMES

Aux

Cb ROMUALDO ABICHO MORAIS

Aux

Sd GEOVANE ESTIGARRIBIA MARTINS PALÁCIOS

Aux

Em consequência, a SALC, a 1ª Seção e demais interessados, tomem conhecimentos e providências

b. PASSAGEM DE CARGA E ENCARGOS - Concessão de Prazo

a) De acordo com o inciso III do Art. 131, do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pela Portaria - C Ex nº 1.555, de 9 julho de 2021, concedo o prazo de 4 (quatro) dias úteis, a contar da data desta publicação, para a passagem de Carga e Encargos do Suporte Documental/Conformidade Diária da 2ª Cia Fron, entre os militares abaixo relacionados:



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2ª COMPANHIA DE FRONTEIRA
(COMPANHIA SOLDADO SIMEÃO FERNANDES)



**DECLARAÇÃO ORÇAMENTÁRIA FINANCEIRA
CONFORME LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**

(Processo Administrativo nº 64421.000488/2024-82)

(PDL nº 02/2024)

Conforme determinada pelo inciso II do artigo 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Declaro que as despesas que serão geradas com a eventual contratação de serviços de EMERGÊNCIA em prol da 2ª Companhia de Fronteira, conforme Requisição Nº 22-Almx/Fisc Adm/2ª Cia Fron de 21 de fevereiro de 2024 do encarregado do setor de material, tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, em cumprimento ao § 4º do mesmo dispositivo, o qual proclama que as normas do caput é condição prévia para licitação de fornecimento de bens.

Disponibilidade Orçamentária

Declaro para os devidos fins a existência da Programação Orçamentária e Financeira, com base no art. 19, e no inciso IV do Decreto 3.555/00 e no art. 150 da Lei 14.133/21, Lei de Licitações, aplicada subsidiariamente.

Atividade de Custeio

Declaro que o referido certame não se enquadra em atividade de custeio de acordo com Art. 3º da PORTARIA MOG Nº 249, DE 13 DE JUNHO DE 2012, Art. 1º da PORTARIA Nº 268, DE 30 DE JULHO DE 2013 e Art. 2º e 10º do DECRETO Nº 10.193, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019;

Porto Murtinho – MS, 21 de Fevereiro de 2024.


DORGIVAL DAS NEVES FRANCO JÚNIOR - CEL
Ordenador de Despesas da 2ª Cia Fron



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2ª COMPANHIA DE FRONTEIRA
(Companhia Soldado Simeão Fernandes)



TERMO DE REFERÊNCIA
PDL Nº 02/2024
(Processo Administrativo nº 64421.000488/2024-82)

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente dispensa é para a contratação do serviço de manutenção de Gasoduto com a finalidade de atender as necessidades do Setor de Aprovisionamento da 2ª Companhia de Fronteira, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Serviço de Manutenção central de gás	22608	Serviço	1	R\$ 8.980,00	R\$ 8.980,00
Total						R\$ 8.980,00

1.2 A contratação será direta, observadas as exigências contidas neste aviso de contratação direta e seus anexos quanto às especificações do objeto.

2 No caso de eventual divergência entre a descrição do item no CATSER e o disposto neste Termo de Referência, prevalece a descrição detalhada no Termo de Referência.

2.1 Normas e regulamentações do material a ser adquirido e fornecido:

2.1.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no TR, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda cumprir as exigências normativas para a sua fabricação, importação, comercialização e materiais especiais, que se encontram reguladas pelas seguintes legislações:

2.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) data de homologação, prorrogável na forma do art. 90, da Lei nº 14.133/21.

3 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4 GARANTIA DO PRODUTO

4.1 O prazo de garantia é de 12 (doze) meses, de acordo com o inciso II, do artigo 26, da Lei n. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor

4.2 Caso o fabricante/fornecedor possuir uma garantia maior que a determinada no Termo de Referência prevalecerá a maior.

5 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

5.1 As contratações serão realizadas de acordo com os termos do inciso VIII do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e Instrução Normativa SEGES/ME nº 67

6 CONTRATAÇÃO

6.1 As contratações oriundas das dispensa eletrônicas serão formalizadas pela emissão de Nota de Empenho, a qual será encaminhada ao adjudicatário;



6.2 As obrigações recíprocas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA correspondem ao estabelecido nas presentes Condições Gerais da Contratação, seus anexos e neste Termo de Referência, sem prejuízo das disposições legais vigentes.

6.3 Em caso de manifestação de desistência do fornecedor, fica caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, consoante o estabelecido no §5º do Art. 90 da Lei 14.133/21, sujeitando-o às penalidades legais vigentes.

6.4 A anulação do procedimento de contratação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 148 da Lei 14.133/21

7 RESCISÃO

7.1 Constituem motivos para a rescisão do contrato os casos previstos no art. 137 e incisos da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, devendo haver o reconhecimento dos direitos da Administração.

8 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

8.1 Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

8.1.1 A empresa vencedora será responsável pela observância dos requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

8.1.2 A contratada deverá atender as exigências sustentáveis constantes do Art. 5º da Instrução Normativa 01/2010 da SLTI/MPOG, no que couber:

8.1.2.1 I - bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

8.1.2.2 II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

8.1.2.3 III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

8.1.2.4 Atendimento aos artigos 3º e 4º, do Decreto 7.746/12, de 05 de junho de 2012, no que couber, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.

8.1.2.5 Instrução Normativa 01/2010 da SLTI/MPOG - que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional 19 de janeiro de 2010 (Art. 5º), quando for o caso.

8.1.3 Os bens não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

8.1.4 Na aquisição de bens ou serviços relacionados ao objeto contratado que envolvam a utilização de frascos de aerossol, a contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos frascos de aerossol originários da contratação, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada (Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos);

8.2 Na aquisição de bens ou serviços relacionados ao objeto contratado que envolvam resíduos originários da contratação, tais como agrotóxicos, pilhas e baterias, óleos lubrificantes, lâmpadas fluorescentes e eletroeletrônicos, a contratada deverá providenciar o seu recolhimento e adequado descarte, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada (Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos);

8.3 Na aquisição de bens ou serviços relacionados ao objeto contratado que envolvam a utilização de pi-

lhas e baterias portáteis, baterias chumbo-ácido, automotivas e industriais ou pilhas e baterias dos sistemas eletroquímicos níquel-cádmio e óxido de mercúrio, não são permitidas à contratada formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do art. 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

- 8.3.1 Lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;
- 8.3.2 Queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos
- 8.3.3 Não licenciados; e
- 8.3.4 Lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas a inundações.

9 ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

9.1 O serviço será prestado de acordo com a necessidade do órgão, com prazo de imediato, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento de contrato, se for o caso.

9.1.1 O endereço de entrega dos materiais: Rua Capitão Cantalice, Nº 1077, Centro, Porto Murinho – MS, CEP 79280-000.

9.1.2 A contagem dos prazos acima inicia com o recebimento da solicitação do material pela empresa vencedora do certame.

9.2 O transporte dos produtos deverá obedecer a critérios de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade e, quando for o caso, esterilidade dos mesmos.

9.3 Os serviços serão prestados provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

1.1 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo do subitem 6.1, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

1.1 Os bens serão recebidos definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

9.3.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Pela inexecução total ou parcial das obrigações do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar à contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes sanções, previstas no artigo 104 da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo da inscrição no Registro de Ocorrências do SICAF

10.2 Advertências, nas hipóteses de execução irregular das obrigações assumidas no contrato, que não resulte prejuízo para o serviço desta Gerência;

10.3 Multa, prevista conforme descrito no subitem 10.7, nas hipóteses de inexecução do contrato, com ou sem prejuízo para o serviço;

10.4 Suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com esse Órgão, por período de até 2 (dois) anos, nas hipóteses e nos termos da Lei nº 14.133/21;

10.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicar a penalidade, nos termos do Art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/21;

10.6 Aplicação da sanção de Declaração de Inidoneidade impossibilitará o fornecedor ou interessado de participar de licitações e formalizar contrato com a Administração Pública, conforme estabelece o § 2º, Art. 40, da IN SLTI nº 02, de 11/10/2010;

10.7 O atraso injustificado no cumprimento do objeto ou de prazos estipulados, sujeitará a Contratada à multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao dia, sobre o valor total do contrato ou sobre o valor correspondente à parte não executada, se for o caso;

10.8 A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 10% (dez por cento), o que não impede, a critério da administração, aplicação das demais sanções a que se referem os subitens 10.1, 10.4 e 10.7;



10.9 A multa referida no item 10.8 será cobrada administrativamente, enquanto que aquelas referidas nos itens 10.2 e 10.5 serão cobradas por compensação financeira dos créditos que a licitante tiver a receber e não impedem, em razão da extensão da falta cometida, a aplicação das demais sanções previstas no item 13;

10.10 Caso a CONTRATADA se recuse a receber a Nota de Empenho ou a assinar o contrato no prazo indicado, sem motivo justificado, caracterizar-se-á o descumprimento total da obrigação assumida. Na ocorrência da hipótese referida neste item, a administração anulará a Nota de Empenho e aplicará à empresa multa de 10% sobre o valor total estimado da aquisição.

11 DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado mediante ordem bancária de, emitida pelo (nome da ug), depois do recebimento definitivo e da apresentação da nota fiscal pela CONTRATADA, conforme discriminado nesta dispensa eletrônica, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da nota fiscal ou fatura.

11.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionada que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = $I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100) / 365}{\quad} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

11.6.1 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços.

12 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste documento/legislação, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

12.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

12.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.1.3 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

12.1.4 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.5 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 São obrigações da Contratante:

13.1.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;



- 13.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 13.1.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 13.1.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 13.1.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

13.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Gestão	PTRES	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa	Plano Interno
00001	171397	1000000000	339039	E6SUPLJA5PA

15 CUSTO ESTIMADO DA AQUISIÇÃO

15.1 Conforme o parágrafo 4º do Art. 7º da Instrução Normativa nº 65/2021, a estimativa de preços poderá ser realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa.

16 INFORMAÇÕES E CASOS OMISSOS

16.1 Informações complementares poderão ser obtidas no órgão contratante, a partir da divulgação do aviso de dispensa eletrônica, pelo e-mail salc_2ciafron@hotmail.com, sendo resolvidos os casos omissos pela Seção de Licitações e Contratos da 2ª Companhia de Fronteira

Porto Murtinho – MS, 21 de fevereiro de 2024.

AUGUSTO IVAN SOUSA DA ROSA – 2º TEN
Chefe da SALC

Aprovação:

Eu, **Dorgival das Neves Franco Júnior**, Ordenador de Despesas em exercício da 2ª Companhia de Fronteira, conforme disposto no Art. 2, VII c/c o Art. 50, ambos da Lei federal nº 9.784/1999, APROVO o presente Termo de Referência, que visa a contratação de serviço emergencial de manutenção de gasoduto conforme as especificações constantes neste Termo de Referência. RATIFICO, nos termos do artigo 75 inciso VIII da Lei nº 14.133/21.

RICHELI CORREIA MONZON - Maj
Ordenador de Despesas Substituto da 2ª Cia Fron



[Timbre da Empresa]

Razão Social:

CNPJ nº

Endereço:

Tel.:

E-mail:

Cidade - UF, ____ de ____ de 20__

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO INC. VI DO ART.68
DA LEI Nº 14.133/2021 E SUAS ATUALIZAÇÕES**

A _____, inscrita no CNPJ nº _____, DECLARA, para fim de atendimento ao disposto no Inciso VI do Art. 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas atualizações e em conformidade ao disposto no Inc. XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menores de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz.

Assina:

Nome Completo do Representante
Legal Função/Cargo

CI:

CPF:



[Timbre da Empresa]

Razão Social:

CNPJ nº

Endereço:

Tel.:

E-mail:

Cidade - UF, __ de ____ de 20__

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE PARA CONTRATAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A _____, inscrita no CNPJ nº _____, DECLARA,
para fim de habilitação, que existem fatos supervenientes para a contratação com a administração
pública.

Assina:

Nome Completo do Representante Legal
Função/Cargo

CI:
CPF:



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2ª COMPANHIA DE FRONTEIRA
(COMPANHIA SOLDADO SIMEÃO FERNANDES)**



RECONHECIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E DESPACHO DE RATIFICAÇÃO
(Processo Administrativo nº 64421.000488/2024-82)
(PDL nº 02/2024)

Reconheço a dispensa de licitação fundamentada no Inc. VIII, do Art. 75, Lei nº 14/133, de 1º de abril de 2021, para a Aquisição de serviço de dosimetria individual.

Porto Murtinho-MS, 21 de fevereiro de 2024.

DORGIVAL DAS NEVES FRANCO JÚNIOR - CEL
Ordenador de Despesas da 2ª Cia Fron